

# Competição entre escolas é factor de progresso

Rodrigo Queiroz  
e Melo

Director-executivo  
da Associação  
de Estabelecimentos de Ensino  
Particular e Cooperativo

**N**A SEGUNDA-FEIRA, o Presidente da República promulgou o decreto-lei que altera o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Segundo foi anunciado, porque na sequência de um diálogo entre a Presidência e o Governo «foi possível encontrar um texto que acolhe com razoabilidade os princípios de estabilidade contratual e de confiança».

Já no dia 15 de Dezembro, o Parlamento tinha aprovado a proposta do CDS que manifesta a sua censura política ao decreto aprovado em Conselho de Ministros. Está assim lançada a discussão sobre as relações entre o Estado e o ensino particular e cooperativo que presta serviço público de educação gratuito. Isto é, que pertence à rede pública e que, por isso, recebe todos os alunos em condições de gratuitidade (nestes colégios, a maioria dos alunos be-

neficia de acção social escolar).

Contudo, no debate sobre esta matéria não tem sido dada suficiente importância a uma questão central para o futuro do nosso sistema educativo (e que não é exclusiva da relação entre o privado e o Estado): deve ou não haver um certo nível de competição entre escolas? Mesmo entre escolas públicas?

**O** GOVERNO entende que não. Esse é um dos argumentos avançados para fazer cessar ou reduzir os contratos com os privados nos locais, poucos, onde há escolas públicas com espaço para receber mais turmas (espaço; faltam os docentes!). Da mesma forma, ano após ano, a rede de escolas públicas é vista e revista de forma a haver uma escola para cada aluno – mas procurando garantir que, para cada aluno, não haja mais de uma escola.

À primeira vista, esta abor-

dagem ao sistema de ensino faz sentido. Permite evitar desperdício, o que, num país pobre, é uma coisa boa. Contudo, nem sempre o que parece é. O grande custo do ensino não são os edifícios ou as secretarias; são os professores.

Haver duplicação de espaço não significa que haja desperdício; este apenas ocorre se houver professores a receber sem darem aulas. E isto, tanto quanto sabemos, já só existe em números residuais. Consequentemente, a existência de duas escolas, uma ao lado da outra, e a inexistência de alunos para encher as duas não determina, por si só, que haja desperdício. Só haverá desperdício se alguma das escolas tiver docentes a receber ordenado sem dar aulas. Ou seja, desde que o sistema não pague ordenado a quem não tem trabalho, a existência de várias escolas no mesmo espaço não implica desperdício

(diferente é construir oferta nova onde esta já existe).

**M**AS EXISTIRÁ alguma vantagem em haver várias escolas que podem servir o mesmo aluno? Sim, duas.

Em primeiro lugar, uma vantagem para os alunos: podem optar pela escola que preferirem (por ter professores mais empenhados, actividades extracurriculares mais interessantes, uma liderança melhor ou um projecto educativo mais relevante).

Em segundo lugar, outra vantagem para os alunos: as escolas têm de criar valor para o aluno, se não este vai para outra, o que implica melhorar continuamente tendo em conta as necessidades específicas dos alunos concretos. Existe vasta evidência empírica de que este facto leva **todas** as escolas a melhorar.

E haverá alguma desvanta-

gem em haver várias escolas extracurriculares mais interessantes, uma liderança melhor ou um projecto educativo mais relevante).

Em segundo lugar, outra vantagem para os alunos: as escolas têm de criar valor para o aluno, se não este vai para outra, o que implica melhorar continuamente tendo em conta as necessidades específicas dos alunos concretos. Existe vasta evidência empírica de que este facto leva **todas** as escolas a melhorar.

E haverá alguma desvantagem em haver várias escolas que podem servir o mesmo aluno? Para o aluno, não. Haverá quem rasgue as vestes dizendo que sim, pois uma das escolas vai ter todos os bons alunos e outra todos os maus. Não é verdade. Na generalidade dos sistemas de liberdade de escolha entre escolas, há mecanismos de regulação do acesso, incluindo, nalguns casos, o sorteio.

indo, nalguns casos, o sorteio.

Nesta questão da escolha da escola, há dois campos: o dos que decidem a partir da perspectiva dos alunos e das famílias; e o dos que decidem a partir da perspectiva de quem podem servir o mesmo aluno? Para o aluno, não. Haverá quem rasgue as vestes dizendo que sim, pois uma das escolas vai ter todos os bons alunos e outra todos os maus. Não é verdade. Na generalidade dos sistemas de liberdade de escolha entre escolas, há mecanismos de regulação do acesso, incluindo, nalguns casos, o sorteio.

Nesta questão da escolha da escola, há dois campos: o dos que decidem a partir da perspectiva dos alunos e das famílias; e o dos que decidem a partir da perspectiva do *status quo*.